

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

PROTOCOLO

Data de Término do Preenchimento: 21/05/2004

Responsável: José Valério Arêas

DDD e Telefone: 48 2316153

Quantidade de Disquetes Gerados: 1

OSVALDO MENDES

Diretor de Relações com Investidores

ASSINATURA

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
4 - NIRE 42300011274		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA SC 404 - KM3		2 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI	
3 - CEP 88034-900	4 - MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS		5 - UF SC
6 - DDD 48	7 - TELEFONE 231-6011	8 - TELEFONE 231-6030	9 - TELEFONE 231-6150
10 - TELEX 482148			
11 - DDD 48	12 - FAX 231-6530	13 - FAX 231-6039	14 - FAX -
15 - E-MAIL http://www.celesc.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME OSVALDO MENDES			
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA SC 404 - KM 3		3 - BAIRRO OU DISTRITO ITACORUBI	
4 - CEP 88034-900	5 - MUNICÍPIO FLORIANOPOLIS		6 - UF SC
7 - DDD 48	8 - TELEFONE 231-6011	9 - TELEFONE 231-6030	10 - TELEFONE 231-6150
11 - TELEX 482148			
12 - DDD 48	13 - FAX 231-6530	14 - FAX 231-6039	15 - FAX -
16 - E-MAIL osvaldom@celesc.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2004	31/12/2004	1	01/01/2004	31/03/2004	4	01/10/2003	31/12/2003
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR Boucinhas & Campos+Soteconti - Auditores Independentes S/C						10 - CÓDIGO CVM 00319-0	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO Mário José Antunes						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 098.908.907-04	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2004	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2003	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2003
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	310.543	310.543	310.543
2 - Preferenciais	460.889	460.889	460.889
3 - Total	771.432	771.432	771.432
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Estatal
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 112 - Energia elétrica
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL PROD.DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - TIPO AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	---------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
---------	-----------------------	--	---------------------------------------	-------------------------	---	---

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 21/05/2004	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2004	4 - 31/12/2003
1	Ativo Total	3.160.796	2.988.001
1.01	Ativo Circulante	986.596	868.391
1.01.01	Disponibilidades	115.394	91.035
1.01.01.01	Disponível	115.394	91.035
1.01.02	Créditos	854.278	763.718
1.01.02.01	Consumidores e Revendedores	603.335	528.467
1.01.02.02	Títulos a Receber	105.880	100.849
1.01.02.03	Devedores Diversos	49.449	40.225
1.01.02.04	Impostos a Recuperar	38.799	40.487
1.01.02.05	Provisão para Devedores Duvidosos	(112.559)	(57.901)
1.01.02.06	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	169.374	111.591
1.01.03	Estoques	16.233	12.434
1.01.03.01	Almoxarifado	16.233	12.434
1.01.04	Outros	691	1.204
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	691	1.204
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	765.191	738.402
1.02.01	Créditos Diversos	765.136	738.349
1.02.01.01	Depósitos Judiciais	26.486	23.853
1.02.01.02	Contas a Receber do Gov. Estado de SC	48.198	47.371
1.02.01.03	Imp. de Renda e Contr. Social Diferidos	346.955	334.151
1.02.01.04	Impostos a Recuperar	20.493	18.008
1.02.01.05	Investimentos Temporários	83.660	81.526
1.02.01.06	Títulos a Receber	68.008	61.114
1.02.01.07	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	171.336	172.326
1.02.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.02.01	Com Coligadas	0	0
1.02.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.03	Outros	55	53
1.02.03.01	Outros Créditos	55	53
1.03	Ativo Permanente	1.409.009	1.381.208
1.03.01	Investimentos	89.710	89.710
1.03.01.01	Participações em Coligadas	0	0
1.03.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.03.01.03	Outros Investimentos	89.710	89.710
1.03.02	Imobilizado	1.319.299	1.291.498
1.03.03	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2004	4 - 31/12/2003
2	Passivo Total	3.160.796	2.988.001
2.01	Passivo Circulante	775.371	665.695
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	11.289	12.298
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	377.303	339.356
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	120.365	109.298
2.01.05	Dividendos a Pagar	3	3
2.01.06	Provisões	52.760	38.902
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	213.651	165.838
2.01.08.01	Encargos de Dívidas	3.761	3.776
2.01.08.02	Encargos do Consumidor	19.508	8.307
2.01.08.03	Benefício Pós-Emprego	57.533	37.881
2.01.08.04	Programa PAES	22.820	23.538
2.01.08.05	Juros sobre Capital Próprio	26.027	26.027
2.01.08.06	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	7.558	11.617
2.01.08.07	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	5.676	9.989
2.01.08.08	Encargo de Capacidade Emergencial	54.775	35.812
2.01.08.09	Outras Obrigações	15.993	8.891
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.553.493	1.544.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	33.319	34.468
2.02.02	Debêntures	0	0
2.02.03	Provisões	132.424	126.093
2.02.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.05	Outros	1.387.750	1.383.968
2.02.05.01	Obrigações Especiais	232.665	231.610
2.02.05.02	Obrigações Fiscais	112.402	83.832
2.02.05.03	Benefício Pós-Emprego	1.039.571	1.062.557
2.02.05.04	Conta de Comp. Var. de Custos Parcela A	473	3.330
2.02.05.05	Outras	2.639	2.639
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	831.932	777.777
2.05.01	Capital Social Realizado	696.200	696.200
2.05.01.01	Capital Social Atualizado	696.200	696.200
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.02.01	Doações e Subvenções para Investimento	0	0
2.05.02.02	Remuneração de Bens e Direitos	0	0
2.05.02.03	Outras Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	81.577	81.577
2.05.04.01	Legal	4.930	4.930
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2004	4 -31/12/2003
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	65.661	65.661
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	10.986	10.986
2.05.04.07.01	Recursos para Aumento de Capital	0	10.986
2.05.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	54.155	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/03/2004	4 - 01/01/2004 a 31/03/2004	5 - 01/01/2003 a 31/03/2003	6 - 01/01/2003 a 31/03/2003
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	954.272	954.272	700.654	700.654
3.01.01	Fornecimento de Energia Elétrica	872.792	872.792	664.945	664.945
3.01.02	Suprimento de Energia Elétrica	3.770	3.770	3.581	3.581
3.01.03	Encargo de Capacidade Emergencial	52.440	52.440	25.604	25.604
3.01.04	Encargo de Aquisição E. E. Emergencial	5.661	5.661	0	0
3.01.05	Outras Receitas	19.609	19.609	6.524	6.524
3.02	Deduções da Receita Bruta	(317.402)	(317.402)	(207.672)	(207.672)
3.02.01	ICMS sobre Energia Elétrica	(202.994)	(202.994)	(152.342)	(152.342)
3.02.02	ISS	(16)	(16)	(18)	(18)
3.02.03	Reserva Global de Reversão - RGR	(102)	(102)	(4.232)	(4.232)
3.02.04	Cofins	(57.897)	(57.897)	(21.020)	(21.020)
3.02.05	Pasep	(15.611)	(15.611)	(11.561)	(11.561)
3.02.06	Encargo de Capacidade Emergencial	(36.935)	(36.935)	(18.499)	(18.499)
3.02.07	Encargo Aquisição E. E. Emergencial	(3.847)	(3.847)	0	0
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	636.870	636.870	492.982	492.982
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(577.519)	(577.519)	(404.110)	(404.110)
3.04.01	Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	(280.292)	(280.292)	(235.521)	(235.521)
3.04.02	Energia Elét. Com. p/ Revenda - C. Prazo	(4.206)	(4.206)	(4.653)	(4.653)
3.04.03	Encargos de Uso da Rede Elétrica	(41.864)	(41.864)	(37.215)	(37.215)
3.04.04	Pessoal	(72.322)	(72.322)	(58.943)	(58.943)
3.04.05	Material	(9.210)	(9.210)	(6.616)	(6.616)
3.04.06	Serviço de Terceiros	(26.800)	(26.800)	(23.174)	(23.174)
3.04.07	Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(37.790)	(37.790)	(6.289)	(6.289)
3.04.08	Depreciação	(21.160)	(21.160)	(20.155)	(20.155)
3.04.09	Taxa de Fiscalização Aneel	(325)	(325)	(1.163)	(1.163)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/03/2004	4 - 01/01/2004 a 31/03/2004	5 - 01/01/2003 a 31/03/2003	6 - 01/01/2003 a 31/03/2003
3.04.10	Comp. Finan. p/ Utiliz. Rec. Hídricos	(445)	(445)	(565)	(565)
3.04.11	Provisão/Reversão p/ Contingências	(61.537)	(61.537)	(3.148)	(3.148)
3.04.12	Outras Despesas Operacionais	(21.568)	(21.568)	(6.668)	(6.668)
3.05	Resultado Bruto	59.351	59.351	88.872	88.872
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	18.307	18.307	(50.322)	(50.322)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	0	0
3.06.03	Financeiras	18.307	18.307	(50.322)	(50.322)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	56.090	56.090	22.394	22.394
3.06.03.01.01	Renda de Aplicações Financeiras	344	344	3	3
3.06.03.01.02	Juros s/ Contas a Receber do Estado SC	828	828	750	750
3.06.03.01.03	Var. Mon. e Acrés. Mor. s/ Ener. Vendida	8.501	8.501	5.384	5.384
3.06.03.01.04	Atualização Parcela A e CVA	35.853	35.853	0	0
3.06.03.01.05	Variações Monetárias	9.669	9.669	11.882	11.882
3.06.03.01.06	Outras Receitas Financeiras	895	895	4.375	4.375
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(37.783)	(37.783)	(72.716)	(72.716)
3.06.03.02.01	Encargos de Dívidas	(5.499)	(5.499)	(5.674)	(5.674)
3.06.03.02.02	Variações Monet. s/ Empréstimos	0	0	(2.521)	(2.521)
3.06.03.02.03	Var. Mon. e Acrés. Mor. s/ En. Comprada	(3.842)	(3.842)	(3.218)	(3.218)
3.06.03.02.04	Reserva Matemática a Amortizar	(15.937)	(15.937)	(37.700)	(37.700)
3.06.03.02.05	CPMF	(2.972)	(2.972)	(2.671)	(2.671)
3.06.03.02.06	Variações Monetárias	(2.260)	(2.260)	(18.738)	(18.738)
3.06.03.02.07	Atualização de Títulos a Receber	(4.457)	(4.457)	0	0
3.06.03.02.08	Outras Despesas Financeiras	(2.816)	(2.816)	(2.194)	(2.194)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 00246-1	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	3 - CNPJ 83.878.892/0001-55
---------------------------	--	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/03/2004	4 - 01/01/2004 a 31/03/2004	5 - 01/01/2003 a 31/03/2003	6 - 01/01/2003 a 31/03/2003
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	77.658	77.658	38.550	38.550
3.08	Resultado Não Operacional	4.070	4.070	744	744
3.08.01	Receitas	1.982	1.982	1.187	1.187
3.08.02	Despesas	2.088	2.088	(443)	(443)
3.08.02.01	Despesas Não Operacionais	(46)	(46)	(443)	(443)
3.08.02.02	Provisão p/ Dev. CRC e Inv. Temporários	0	0	0	0
3.08.02.03	Reversão Prov. Dev. CRC e Inv. Tempor.	2.134	2.134	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	81.728	81.728	39.294	39.294
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(11.808)	(11.808)	(8.232)	(8.232)
3.10.01	Provisão p/ Imposto de Renda	(8.501)	(8.501)	(5.817)	(5.817)
3.10.02	Provisão p/ Contribuição Social	(3.307)	(3.307)	(2.415)	(2.415)
3.11	IR Diferido	(15.765)	(15.765)	(5.397)	(5.397)
3.11.01	Imposto de Renda	(11.547)	(11.547)	(3.884)	(3.884)
3.11.02	Contribuição Social	(4.218)	(4.218)	(1.513)	(1.513)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	54.155	54.155	25.665	25.665

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2004 a 31/03/2004	4 - 01/01/2004 a 31/03/2004	5 - 01/01/2003 a 31/03/2003	6 - 01/01/2003 a 31/03/2003
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	771.432	771.432	771.432	771.432
	LUCRO POR AÇÃO	0,07020	0,07020	0,03327	0,03327
	PREJUÍZO POR AÇÃO				

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS

(valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e seu acionista controlador é o Estado de Santa Catarina.

A Companhia tem por objetivos: executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado; realizar estudos, pesquisas e levantamentos socioeconômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

A área de concessão da Companhia abrange 262 municípios em Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Além disso, 25 municípios são atendidos indiretamente com suprimento de energia por meio de cooperativas de eletrificação rural. A Companhia atende a um total de 1.903.319 consumidores e conta atualmente com um quadro de 3.575 empregados.

A Companhia opera com 12 usinas hidrelétricas gerando aproximadamente 3% da energia elétrica distribuída, sendo o restante fornecido pela Tractebel (50%), Itaipu (20%), Copel (19%), Petrobrás (7%) e demais fornecedores (1%).

De acordo com a Resolução ANEEL nº 207, de 11 de junho de 1999, em 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 56/99 - ANEEL, no qual ficaram estabelecidas as condições e o prazo até 7 de julho de 2015, para a exploração da concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no Estado de Santa Catarina. Conforme o Contrato de Concessão, as tarifas de energia serão reajustadas anualmente, com base no Índice de Reajuste Tarifário - IRT, homologadas pela ANEEL.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL -- continuação

Ainda conforme os Contratos de Concessão, o acionista controlador obriga-se a organizar e a administrar separadamente os serviços de que é titular (geração e distribuição de energia elétrica) e a reorganizar societariamente a Concessionária, constituindo empresas juridicamente independentes destinadas a explorar tais serviços. A Companhia está adotando medidas para viabilizar o cumprimento das cláusulas contratuais.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às companhias concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

a) Disponibilidades

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 31 de março de 2004, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores e Revendedores

Referem-se aos serviços medidos e faturados aos clientes e não recebidos até 31 de março de 2004. Contempla, ainda, as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa, com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

É constituída até o limite que se estima ser suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos créditos.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

d) Títulos a Receber

Correspondem a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, decorrentes de contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data da negociação, sendo que, após essa data, a Companhia cobra encargos compensatórios sobre o saldo devido quando de sua realização.

e) Almojarifado

Refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e são apresentados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e estão avaliados pelo custo histórico.

f) Contas a Receber do Governo do Estado de Santa Catarina

Correspondem a dívidas do Governo do Estado de Santa Catarina assumidas junto à Companhia, acrescidas, quando aplicável, de juros e atualizações monetárias, calculados mensalmente segundo as disposições estabelecidas nos contratos firmados, conforme demonstrado na nota 7.

g) Despesas Pagas Antecipadamente

Referem-se principalmente aos custos incluídos na Conta de Compensação da Variação dos Valores de Itens da Parcela A - "CVA" e respectivos encargos. Referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores, conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 296 e nº 116, de 25 de outubro de 2001 e 04 de abril de 2003, respectivamente, Lei nº 10.438/2002, e resoluções complementares da ANEEL.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos foram calculados com base na alíquota efetiva desses impostos e registrados no Ativo Realizável e Passivo Exigível a Longo Prazo, em virtude das diferenças temporárias consideradas no momento da apuração dos tributos, saldos de prejuízos fiscais compensáveis na apuração de Imposto de Renda e bases negativas na apuração de Contribuição Social Sobre o Lucro. Referidos tributos foram calculados à base de 25% para Imposto de Renda e 8% ou 9% para a Contribuição Social Sobre o Lucro, considerando para tanto o prazo esperado para a realização da correspondente base de cálculo. Tais tributos serão recuperados em operações futuras conforme demonstrado na nota 9.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

i) Investimentos

Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável, conforme demonstrado nas notas 10 e 11.

j) Imobilizado

Apresenta-se registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido do encargo de depreciação calculado pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994, segundo as taxas anuais constantes da tabela anexa à Resolução ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como custo, conforme demonstrado na nota 12.

k) Fornecedores

Contempla, além das dívidas contraídas junto aos fornecedores de energia, materiais e serviços, o custo da energia de curto prazo adquirida no Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, conforme demonstrado na nota 13.

l) Imposto de Renda e Contribuição Social

Referidos tributos são apurados com base no lucro tributável, ajustado segundo as disposições estabelecidas na legislação vigente e as correspondentes alíquotas vigentes (Imposto de Renda 15% mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido e Contribuição Social Sobre o Lucro 9%).

m) Obrigações Especiais

Contemplam os pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, sendo os mesmos registrados pelos valores originais das contribuições alocadas aos empreendimentos. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS UTILIZADAS NA ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS -- continuação

n) Demonstração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classes de Consumo	31.03.2004					31.12.2003	
	Vincendos	Vencidos			Subtotal	Total	Total
		Até 90 dias	91 a 360	Mais de 360			
Consumidores							
Residencial	63.911	37.844	3.000	3.629	44.473	108.384	74.335
Industrial	90.025	24.172	10.607	31.309	66.088	156.113	106.809
Comercial	27.091	17.231	2.423	6.397	26.051	53.142	35.904
Rural	16.919	3.022	1.155	1.228	5.405	22.324	15.324
Poder Público	7.124	5.295	1.626	10.460	17.381	24.505	22.390
Iluminação Pública	1.442	447	529	10.119	11.095	12.537	15.957
Serviço Público	3.759	8.922	4.287	12.026	25.235	28.994	9.107
Encargo Cap. Emergencial	22.970	8.298	7.096	7.742	23.136	46.106	13.684
Enc. Aquis. E. E. Emerg.	167	640	-	-	640	807	-
Fornecimento Não Faturado	108.213	-	-	-	-	108.213	85.942
Outros Créditos	13.823	-	-	-	-	13.823	20.897
	355.444	105.871	30.723	82.910	219.504	574.948	400.349
Revendedores	27.289	-	-	1.098	1.098	28.387	4.547
Total Geral	382.733	105.871	30.723	84.008	220.602	603.335	404.896

Do valor total a receber em 31 de março de 2004, os saldos vencidos de consumidores e revendedores totalizam R\$220.602 (R\$153.096 em 31 de dezembro de 2003).

A Companhia vem desenvolvendo ações junto aos consumidores inadimplentes, visando à regularização dos valores vencidos. Tradicionalmente as negociações são mantidas no âmbito de parcelamentos, não havendo exclusão de encargos moratórios, conforme determinação do órgão regulador.

O saldo total em atraso inclui o montante de R\$107.486 (R\$96.482 em 31 de dezembro de 2003), relativo a valores que vêm sendo discutidos judicialmente, principalmente pelos consumidores industriais. Conforme demonstrado na nota 19, a Companhia registrou provisão para possíveis perdas no montante de R\$13.386 (R\$11.326 em 31 de dezembro de 2003), incluída na rubrica "Provisão para Contingências", relativas, especificamente, às Portarias 038 e 045 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. TARIFA SOCIAL DE BAIXA RENDA

O Governo Federal, pela Lei nº 10.438/2002, determinou às concessionárias do serviço público de energia elétrica a aplicação da tarifa social de baixa renda, com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras de baixa renda.

A partir de maio de 2002, a Companhia promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, aplicando a nova tarifa social, de acordo com a Resolução ANEEL nº 246/2002 e nº 485/2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538/2002 estabeleceu, ainda que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse residencial baixa renda será custeado por subvenção econômica (artigo 5º da Lei nº 10.604/2002). A ANEEL, pelo Ofício Circular SFF/ANEEL nº 155/2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

	<u>31.03.2004</u>
Faturamento Baixa Renda até Dezembro de 2003	20.800
Faturamento Baixa Renda no 1º Trimestre de 2004	4.410
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(9.392)
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(1.339)
Subvenção Econômica (Eletrobrás)	(2.725)
Total a Receber do Baixa Renda	<u><u>11.754</u></u>

6. TÍTULOS A RECEBER

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Montante negociado (atualizado)	173.888	161.963
Total	<u>173.888</u>	<u>161.963</u>
Parcela de curto prazo	105.880	100.849
Parcela de longo prazo	68.008	61.114

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
<i>Empréstimos para o Tesouro Estadual (i)</i>		
Principal	9.228	9.228
Juros	24.708	23.881
	33.936	33.109
<i>Programa Viva Luz (ii)</i>		
Principal	10.000	10.000
<i>Programa Rede Subterrânea (iii)</i>		
Principal	4.262	4.262
Total	48.198	47.371

- i) Entre 1985 e 1986 a Companhia concedeu vários empréstimos ao Tesouro Estadual. Sendo que em abril de 1988 foi firmado contrato com o Governo do Estado (acionista majoritário), estabelecendo que as amortizações futuras seriam efetuadas mediante a retenção de dividendos devidos sobre lucros apurados. No exercício de 1997 e 1998 houve retenção de R\$2.984 e R\$2.058, respectivamente, relativos a dividendos propostos nos exercícios de 1996 e 1997, os quais foram utilizados para amortização parcial da dívida. O saldo apresentado (R\$33.936) inclui juros de 10% ao ano capitalizados trimestralmente.
- ii) Pelo Decreto nº 395, de 10 de outubro de 1995, do Governo do Estado de Santa Catarina, foi instituído o “Programa Catarinense de Eletrificação Rural - Viva Luz”, destinado a levar energia elétrica às regiões do interior do Estado. Os recursos para custeio desse programa seriam oriundos de: a) 62,5% de participação do Estado; b) 12,5% de participação da Companhia; c) 25% de participação dos consumidores.

Ainda segundo o referido Decreto, tais recursos seriam repassados à Companhia por meio de convênio específico. Em 29 de dezembro de 1995 foi firmado o convênio nº GG-CC 001/95, no valor de R\$10.000, o qual se encontra registrado contabilmente como Contas a Receber do Estado de Santa Catarina, em contrapartida de Obrigações Especiais.

- iii) Em junho 1995, a Companhia celebrou com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis o convênio nº 007/95 referente à cooperação financeira para a implantação do “Programa Rede Subterrânea”, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos inicialmente orçados no montante de R\$3.908 para custeio do referido programa considerava a seguinte participação: Governo do Estado (47,4%), Prefeitura Municipal de Florianópolis (47,4%) e o restante da Companhia (5,2%).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA -- continuação

Posteriormente ao citado convênio, foram firmados mais dois termos aditivos no montante de R\$5.548 e R\$6.915, cabendo aos participantes o mesmo percentual. O programa foi quitado com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública - TIP, permanecendo registrada a parte do Governo do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DA VARIAÇÃO DE VALORES DE ITENS DA "PARCELA A" - CVA

Conforme disposições contidas na Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, Resolução nº 482 - ANEEL, de 29 de agosto de 2002, e Resolução Normativa nº 01 da ANEEL, a Companhia registrou como despesas antecipadas a variação dos valores de itens de custos denominados "Parcela A" (custos não gerenciáveis) apurados no período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001 que serão recuperados pela Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE. Consoante as disposições estabelecidas na Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002, tais valores foram registrados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, considerando os prazos para sua recuperação, a qual teve início a partir de janeiro de 2004.

Da mesma forma que o disposto anteriormente, foram também registradas nesta rubrica as variações dos itens de custo da parcela A referentes ao período de 08 de julho de 2002 a 07 de julho de 2003, cuja recuperação prevista para iniciar em 08 de agosto de 2003 foi adiada por doze meses pela Portaria Interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003, editada pelos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia.

Adicionalmente, estão também incluídas nesta rubrica as variações dos itens de custo da parcela A referentes ao período de 08 de julho de 2003 a 31 de março de 2004, cuja recuperação está prevista para iniciar a partir de 08 de agosto de 2004.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA "PARCELA A" -- continuação

Descrição	Parcela A		CVA Adiada	CVA 08/07/03 a 31/03/2004	TOTAL (2+3+4)
	Valor Histórico	Valor Corrigido			
	1	2	3	4	
ATIVO					
Contrato Inicial - Tractebel	49.699	65.862	-	-	65.862
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	26.735	35.430	34.937	6.783	77.150
Repasse Potência de Itaipu	54.208	71.838	55.517	(2.700)	124.655
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	24.250	7.192	31.442
Encargos de Serviço do Sistema	-	-	17.507	5.333	22.840
Uso da Rede Básica	1.091	1.447	3.801	3.658	8.906
Repasse Potência de Itaipu - Adicional	-	-	6.987	-	6.987
Rede Básica Machadinho	-	-	1.062	-	1.062
Contrato Inicial - Copel	569	754	-	-	754
Transporte de Energia de Itaipu	78	104	95	340	539
Comp. Financ. Utiliz. Recursos Hídricos	105	139	30	-	169
Taxa de Fiscalização Annel	162	215	-	-	215
Conexão	98	129	-	-	129
Total no Ativo	132.745	175.918	144.186	20.606	340.710
Parcelas Classificadas no Ativo Circulante	113.781	162.386	6.988	-	169.374
Parcelas Classificadas no Ativo Realizável a Longo Prazo	18.964	13.532	137.198	20.606	171.336
PASSIVO					
Reserva Global de Reversão - RGR	(4.640)	(6.149)	-	-	(6.149)
Total no Passivo	(4.640)	(6.149)	-	-	(6.149)
Parcelas Classificadas no Passivo Circulante	(3.977)	(5.676)	-	-	(5.676)
Parcelas Classificadas no Passivo Exigível a Longo Prazo	(663)	(473)	-	-	(473)
Total Geral	128.105	169.769	144.186	20.606	334.561

Relativamente aos valores consignados na coluna 4 do demonstrativo acima, cabe ressaltar que os mesmos serão submetidos à exame por parte da ANEEL, visando sua correspondente aprovação.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Conforme Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, o ativo fiscal diferido será mantido segundo as estimativas de sua realização, tendo como fundamento a projeção de lucros e prazos estimados para pagamentos das obrigações tratadas como adições temporárias até 31 de março de 2004.

Nesse sentido a Companhia registrou contabilmente o Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro Diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias registradas nas Demonstrações Contábeis e incluídas na apuração do lucro real, porém indedutíveis neste momento, bem como sobre os saldos de prejuízo fiscal na apuração de Imposto de Renda e base negativa na apuração da Contribuição Social Sobre o Lucro. O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos dos créditos de Imposto de Renda e de Contribuição Social Sobre o Lucro, considerando os períodos de sua realização:

Descrição	Períodos Estimados de Realização						Total
	2004	2005	2006	2007	2008 a 2010	2011 a 2013	
Contingências Trabalhistas	12.500	17.000	3.533	3.533	10.600	10.600	57.766
Imposto de Renda	3.125	4.250	883	883	2.650	2.650	14.441
Contribuição Social	1.125	1.530	318	318	954	954	5.199
Portaria 038/045 - DNAEE	827	827	1.467	1.467	4.399	4.399	13.386
Imposto de Renda	207	207	367	367	1.100	1.100	3.348
Contribuição Social	74	74	132	132	396	396	1.204
Ações Inden. (Acidentes e Desapropriação)	823	823	823	823	2.468	2.468	8.228
Imposto de Renda	206	206	206	206	617	617	2.058
Contribuição Social	74	74	74	74	222	222	740
Benefício Pós-Emprego (Deliberação 371 - CVM)	56.505	56.505	56.505	56.506	169.517	169.517	565.055
Imposto de Renda	14.126	14.126	14.126	14.127	42.379	42.379	141.263
Contribuição Social	5.085	5.085	5.085	5.086	15.257	15.257	50.855
Provisão p/ Desvalorização - Casan	-	-	-	-	-	27.068	27.068
Imposto de Renda	-	-	-	-	-	6.767	6.767
Contribuição Social	-	-	-	-	-	2.436	2.436
Provisão INSS - Notificação	-	-	-	-	26.252	-	26.252
Imposto de Renda	-	-	-	-	6.563	-	6.563
Contribuição Social	-	-	-	-	2.363	-	2.363
Prejuízo Fiscal	5.696	108.195	102.151	-	-	-	216.042
Imposto de Renda	1.423	27.049	25.538	-	-	-	54.010
Base Negativa Contribuição Social	6.840	108.195	91.763	-	-	-	206.798
Contribuição Social	616	9.738	8.259	-	-	-	18.613
Outras Provisões	31.025	10.649	11.593	23.893	21.299	10.650	109.109
Imposto de Renda	7.755	2.662	2.898	5.973	5.325	2.663	27.276
Contribuição Social	2.792	958	1.043	2.150	1.917	959	9.819
Base de Cálculo	114.216	302.194	267.835	86.222	234.535	224.702	1.229.704
Imposto de Renda	26.842	48.500	44.018	21.556	58.634	56.176	255.726
Contribuição Social	9.766	17.459	14.911	7.760	21.109	20.224	91.229

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan	110.728	110.728
(-) Provisão para Desvalorização	(27.068)	(29.202)
Total	83.660	81.526

A participação societária da Companhia na Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90.730. Durante o ano de 2000, a Companhia procedeu à capitalização complementar no valor de R\$10.000 em numerário e mais R\$9.998 com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110.728. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias - ON, e 55.363.250 Ações Preferências - PN, todas ao valor de R\$1,00 cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do capital social da Casan.

A Companhia mantém o firme propósito de alienar o referido investimento, dentro do menor prazo possível, considerando as condições de mercado para negociação das ações. Obteve autorização da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina para a alienação de sua participação acionária, conforme a Lei nº 11.719, de 19 de maio de 2001.

Em 13 de dezembro de 2001, foi realizado leilão público para venda dessa participação acionária, promovido pela Bolsa de Valores de São Paulo. Devido às condições adversas do mercado naquele momento, a referida venda não foi concretizada.

Está reconhecido na rubrica Provisão para Desvalorização do Investimento, o valor de R\$27.068 referente ao deságio de 24,4% sobre o capital investido, devido aos resultados apresentados pela Casan, em 31 de dezembro de 2003.

11. INVESTIMENTOS

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.355	3.355
Machadinho Energética S.A. - Maesa	49.738	49.738
Dona Francisca Energética S.A.	16.513	16.513
Campos Novos Energia S.A. - Enercan	7.906	7.906
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	8.419	8.419
Outros Investimentos	4.693	4.693
(-) Provisão para Desvalorização de Investimentos	(914)	(914)
Total	89.710	89.710

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. IMOBILIZADO

Descrição	Taxas de Depreciação	31.03.2004		31.12.2003
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Geração				
Terrenos		291	-	291
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2,0%	17.626	(7.906)	9.720
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	2,0% a 4,0%	7.745	(5.568)	2.177
Máquinas e Equipamentos	2,5% a 5,9%	19.469	(6.667)	12.802
		45.131	(20.141)	24.990
Distribuição				
Intangíveis		2.151	-	2.151
Terrenos		7.478	-	7.478
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	41.004	(20.085)	20.919
Máquinas e Equipamentos	2,0% a 7,7%	1.732.915	(682.955)	1.049.960
		1.783.548	(703.040)	1.080.508
Administração				
Intangíveis		19.305	-	19.305
Terrenos		357	-	357
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	4,0%	11.440	(6.814)	4.626
Máquinas e Equipamentos	4,5% a 10,0%	49.314	(23.966)	25.348
Veículos	10,0%	31.585	(27.053)	4.532
Móveis e Utensílios	20,0%	5.300	(4.012)	1.288
		117.301	(61.845)	55.456
Total em Serviço		1.945.980	(785.026)	1.160.954
Em Curso				
Geração		4.156	-	4.156
Distribuição		152.917	-	152.917
Administração		1.272	-	1.272
Total em Curso		158.345	-	158.345
Total		2.104.325	(785.026)	1.319.299

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. FORNECEDORES

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Fornecedores de Energia Elétrica		
Eletrobrás	93.158	84.433
Tractebel	67.248	64.659
Energia Comprada no MAE	66.135	59.241
Copel	29.842	12.176
Maesa	25.776	23.917
Petrobrás	11.478	11.333
CSN Energia S.A	6.468	6.468
Eletrosul	4.740	7.232
Furnas	2.325	2.341
Chesf	2.148	2.075
Bandeirante	1.272	1.272
Outros	18.007	19.648
Subtotal	328.597	294.795
Encargos de Uso da Rede Elétrica	22.205	23.018
Fornecedores de Materiais e Serviços	26.501	21.543
Total	377.303	339.356

O saldo apresentado na rubrica Energia Comprada no MAE foi comunicado aos Agentes e apresentado por meio de comunicação específica daquela entidade. Esses valores foram submetidos à análise dos auditores independentes contratados por essa entidade. Por orientação do MAE, ficou definida a liquidação de 50% desse valor no ano de 2002, sendo que a Companhia pagou em 03 de janeiro de 2003, R\$42.250 com recursos captados junto ao BNDES.

Cumprindo orientações contidas no ofício circular nº 343/2002 - SFF/ANEEL, em relação ao registro contábil das transações ocorridas no âmbito do MAE no 1º trimestre de 2002, foram obtidos dessa última entidade, os valores calculados preliminarmente, que resultaram num crédito de R\$53.749 favoráveis à Companhia.

Embora a Companhia tenha aderido ao Acordo Geral do Setor Elétrico (nota 27), que abrange, inclusive a parcela dos custos com a compra de energia elétrica no âmbito do MAE, a Companhia está buscando judicialmente o citado crédito.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. FORNECEDORES -- continuação

Tendo em vista o Despacho nº 288, de 16 de maio de 2002, do Diretor Geral da ANEEL, e a relevância do valor, com base em dados apenas preliminares, e o grau de incerteza em relação ao desfecho do questionamento judicial, a Administração da Companhia decidiu, conservadoramente, divulgar, mas não contabilizar o valor envolvido. Tão logo este valor seja divulgado em definitivo, a Companhia promoverá o correspondente registro contábil.

Por força da Lei nº 5.899, de 05 de julho de 1973, a Companhia adquire compulsoriamente da Itaipu Binacional, 4,37% da potência disponível para o Brasil. O faturamento mensal dessa potência é efetuado pela Eletrosul, com base na tarifa monômnia de potência estabelecida pelo Órgão Regulador.

De acordo com o Decreto nº 2.432, de 17 de maio de 1988, a Companhia paga à Furnas Centrais Elétricas S.A., pelo uso do sistema de transmissão que interliga a Usina de Itaipu ao sistema elétrico brasileiro, a mesma proporção da sua cota de potência. A tarifa aplicável ao faturamento desse encargo também é estabelecida em Resolução específica do Órgão Regulador.

Além da energia adquirida de Itaipu, a Companhia complementa os requisitos de demanda do seu mercado com a energia contratada com a Tractebel e a Copel por meio dos chamados "Contratos Iniciais". Esses contratos definem os montantes de potência e energia até o ano 2002 (inclusive). A partir de 2003, os montantes contratados reduzem a cada ano, extinguindo-se ao final de 2005.

Para cobrir essas reduções nos Contratos Iniciais e em eventuais necessidades além daqueles montantes, a Companhia deverá recorrer ao mercado competitivo, contratando energia com diferentes geradores por meio de acordos bilaterais de suprimento, ou recorrendo ao MAE.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de distribuição, geração, eletrificação rural e outros, e estão divididos em duas modalidades de contratos: Contratos de Empréstimos e Financiamentos - ECF, com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR; e Fundo de Financiamento da Eletrobrás e do Instrumento de Reconhecimento de Débitos - IRD, com recursos do Programa Nacional de Irrigação. A garantia, em caso de inadimplência, está vinculada aos recebíveis da contratante.

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas apresenta a seguinte composição:

Descrição	Indexador	Taxas de Juros	31.03.2004		31.12.2003	
			Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Eletrobrás	UFIR/IGPM	5 a 8% a. a.	421	6.330	388	6.400
BNDES	Selic	1% a. m.	10.868	26.989	11.910	28.068
			11.289	33.319	12.298	34.468
Encargos de Dívidas						
<i>Em Moeda Nacional</i>						
Fundo de Pensão - Res. Mat. Amort.			2.156	-	2.104	-
BNDES			559	-	594	-
Eletrobrás e Outras Instituições			1.046	-	1.078	-
			3.761	-	3.776	-

A composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$) / Indexador	31.03.2004		31.12.2003	
	R\$	%	R\$	%
Em Moeda Nacional				
UFIR/IGP-M	6.751	15,13	6.788	14,51
Selic	37.857	84,87	39.978	85,49
	44.608	100,00	46.766	100,00

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS – continuação

A mutação dos empréstimos e financiamentos é apresentada no quadro a seguir:

	Moeda nacional	
	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2002	-	44.166
Ingressos	-	4.759
Encargos	4.004	243
Varição monetária e cambial	(4.570)	6.917
Transferências	21.617	(21.617)
Amortizações	(8.753)	-
Em 31 de dezembro de 2003	12.298	34.468
Ingressos	-	-
Encargos	-	62
Varição monetária e cambial	-	-
Transferências	1.211	(1.211)
Amortizações	(2.220)	-
Em 31 de março de 2004	11.289	33.319

Varição das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Variação anual (%)	
	31.03.2004	31.03.2003
Selic	3,78	5,68
IGP-M	2,72	6,26

15. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0	13
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	2.733	1.522
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	11.231	2.822
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	5.561	3.979
Encargo de Capacidade Emergencial - ECE	54.775	35.816
Taxa de Fiscalização ANEEL	360	360
Total	74.660	44.512

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia, na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para seus participantes que são, basicamente, os empregados da Companhia, destinou no 1º trimestre de 2004, a título de contribuição, o montante de R\$3.181 (R\$3.117 no 1º trimestre de 2003).

A composição das obrigações oriundas do Benefício Pós-Emprego, está assim representada:

Descrição	Curto	Longo	31.03.2004	31.12.2003
	Prazo	Prazo	Total	Total
Empréstimo - Contratonº 09	6.027	34.617	40.644	40.809
Empréstimo - Contratonº 10	9.478	54.380	63.858	64.118
Reserva Matemática a Amortizar	16.485	373.230	389.715	382.329
Valores Correntes a Repassar	4.878	0	4.878	7.006
Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e PDVI 2002	20.665	577.344	598.009	606.176
Total	57.533	1.039.571	1.097.104	1.100.438

Com relação à Reserva Matemática a Amortizar, a Companhia adotou, em 1º de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado "Plano Misto", prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. As regras de transferência de um plano para outro foram definidas em 31 de dezembro de 1998 pela Companhia, e homologadas pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, em 14 de janeiro de 1999, para vigência a partir de 1º de janeiro de 1999. A maior alteração desse plano em relação ao anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. A partir de 1º de abril de 1999, iniciou-se o processo de migração voluntária, com encerramento em 31 de março de 2000, e vigência retroativa a 1º de janeiro de 1999, com migração de 98% dos participantes.

Em decorrência desse processo, a Companhia registrou, em 31 de dezembro de 1998, provisão sobre o valor total de reservas a amortizar registradas pela Fundação, que vinha sendo paga por meio de contribuições mensais extraordinárias, no montante de R\$173.812, uma vez que, com o encerramento do plano de benefícios atual, foi necessário liquidá-lo também financeiramente.

Em 30 de novembro de 2001, foi firmado o contrato para pagamento em 277 parcelas mensais e sucessivas do saldo consolidado e atualizado de R\$272.796, mantida a incidência de juros de 6% a.a. e atualização pelo IGP-M.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO -- continuação

Com relação ao Plano de Aposentadoria, Assistência Médica e PDVI 2002, e, para fins de atendimento às determinações contidas nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 26 do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, aprovadas pela Deliberação CVM nº 371/2000, a Companhia firmou contrato com a empresa Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuaria e Economia Ltda., para proceder ao levantamento e cálculo das obrigações relativas aos benefícios pós-emprego de responsabilidade da Companhia na data base de 31 de dezembro de 2003.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2004, a Companhia ajustou a posição apresentada em 31 de dezembro de 2003 considerando as variações ocorridas no trimestre, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Plano de Aposentadoria	Plano de Assistência Médica	Total
Valor Presente das Obrigações	1.361.869	162.462	1.524.331
Valor Justo dos Ativos	(930.120)	-	(930.120)
Ganhos/Perdas	29.358	(17.393)	11.965
Exigível a Longo Prazo em 31 de dezembro de 2003	461.107	145.069	606.176
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	(26.272)	(2.560)	(28.832)
Exigível a Longo Prazo em 31 de março de 2004	434.835	142.509	577.344
Transferência do Longo Prazo para o Curto Prazo	26.772	2.560	28.832
Amortizações realizadas no 1º trimestre de 2004	(5.607)	(2.560)	(8.167)
Curto Prazo em 31 de março de 2004	20.665	-	20.665

17. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

Descrição	31.03.2004	31.12.2003
Provisão para Licença Prêmio e Encargos	22.786	21.419
Provisão para Férias e Encargos	10.125	6.147
Provisão para Gratificação de Férias e Encargos	5.014	2.140
Provisão para Gratificação Anual e Abono Salarial	5.279	7.276
Provisão para Abono Constitucional de Férias e Encargos	5.222	1.920
Provisão para Décimo Terceiro Salário e Encargos	4.334	-
Total	52.760	38.902

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. PARCELAMENTO ESPECIAL - PAES

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia protocolou pedido de adesão ao Programa PAES, instituído pela Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003. A Companhia incluiu no programa débitos no valor de R\$7.920 relativos a processos referentes à base negativa do Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro.

Programa PAES

(-) Amortizações Realizadas em 2003	(643)
(+) Atualização dos Saldos com Base na TJLP	3.047
(+) Ingressos	7.920
(-) Transferência do Programa Refis	13.214
Saldo em 31 de dezembro de 2003	23.538
(-) Amortizações Realizadas em 2004	(718)
Saldo em 31 de março de 2004	22.820

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião do Departamento Jurídico, existe possibilidade de condenação em diversos desses processos, para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos estão garantidos por depósitos judiciais, que se encontram registrados no Ativo Realizável a Longo Prazo. A posição das provisões para contingências está resumida a seguir:

Descrição	31.12.2003		31.03.2004		Saldo	Depósito Judicial
	Saldo	Depósito Judicial	Adições	Baixas		
Trabalhistas	55.649	20.574	3.094	(977)	57.766	22.982
Cíveis	30.086	3.279	4.231	(17)	34.300	3.504
Tributária	26.252	-	-	-	26.252	-
Regulatória - ANEEL	14.106	-	-	-	14.106	-
Total	126.093	23.853	7.325	(994)	132.424	26.486

As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços.

Especificamente quanto aos processos relativos às Portarias 038 e 045 do DNAEE, (R\$13.386) incluso no item Cíveis, que majoraram a tarifa industrial de energia elétrica em 1986, foi constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza, em andamento, contra a Companhia. Quanto ao efeito sobre os anos subseqüentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento julgar sobre as possíveis decisões do judiciário, nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Portanto, a Companhia não constituiu nenhuma provisão, uma vez que o Departamento Jurídico classifica a probabilidade de perdas nesta matéria como “remota”.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS -- continuação

Estão reconhecidas na rubrica tributária, as notificações previdenciárias do INSS no valor de R\$26.252 e, em relação às contingências regulatórias, a Companhia reconheceu contabilmente os Autos de Infração emitidos pela ANEEL no valor de R\$14.106.

20. OBRIGAÇÕES FISCAIS

As seguintes obrigações fiscais foram provisionadas, tendo em vista que existem temas relacionados com essas obrigações que ainda estão sendo discutidas judicialmente, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31.12.2003	Adições	Baixas	31.03.2004
Utilização de Base Negativa - CS	33.202	-	-	33.202
Imposto de Renda - Plano Verão	5.311	-	-	5.311
IR e CS sobre Lucro de Órgãos Públicos	6.724	2.113	(873)	7.964
Depreciação IPC-BTNF - CS	5.582	-	-	5.582
IRPJ e CSLL sobre o CVA	33.013	27.330	-	60.343
Total	83.832	29.443	(873)	112.402

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição Acionária

O capital social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696.200, mantendo-se o mesmo valor de 31 de dezembro de 2003. As Ações Preferenciais classe "A" têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidas pelas Ações Preferenciais classe "B".

A composição acionária está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31.03.2004							
	Ordinárias		Preferenciais				Total	
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,2	3.838	-	0	-	155.824.043	20,2
SC Participação e Invest. S.A. - Invesc	91.037.953	29,3	0	-	12.508.762	2,9	103.546.715	13,4
Caixa de Previd. Banco do Brasil - Previ	39.090.810	12,6	0	-	21.275.201	4,9	60.366.011	7,8
Fundação Celesc de Seguridade Social	16.290.847	5,2	0	-	7.000.000	1,6	23.290.847	3,1
Fundação Assis. e Prev. Social - BNDES	3.107.000	1,0	0	-	4.000.000	0,9	7.107.000	0,9
Cia. Desenvolv. Estado SC - Codesc	1.959.533	0,6	0	-	0	-	1.959.533	0,3
Opportunity Fund	1.732.135	0,6	0	-	0	-	1.732.135	0,2
Eletrobrás	84.662	-	0	-	82.855.527	19,1	82.940.189	10,8
BNDES Participações S.A. - Bndespar	0	-	25.461.794	95,7	9.539.397	2,2	35.001.191	4,5
Bradesco Vida e Previdência	0	-	0	-	17.000.000	3,9	17.000.000	2,2
Fundação Petrobrás de Seguridade	0	-	0	-	23.288.039	5,4	23.288.039	3,0
Clube de Investimento DEC	0	-	0	-	9.700.000	2,2	9.700.000	1,3
Itaú Lam Ace Ações	0	-	0	-	10.708.000	2,5	10.708.000	1,4
Outros	1.419.589	0,5	1.130.873	4,3	236.417.650	54,4	238.968.112	30,9
Total	310.542.734	100,0	26.596.505	100,0	434.292.576	100,0	771.431.815	100,0

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Consumidores (*)		MWh (*)		Receita Bruta	
	31.03.2004	31.03.2003	31.03.2004	31.03.2003	31.03.2004	31.03.2003
Residencial	1.475.845	1.426.799	829.871	857.241	289.966	237.174
Industrial	54.190	54.589	1.566.831	1.517.515	303.426	219.028
Comercial	150.002	145.943	528.500	526.964	165.612	125.356
Rural	205.916	201.338	374.688	345.824	60.914	44.009
Poder Público	15.498	15.259	72.367	72.607	20.552	14.989
Iluminação Pública	303	299	106.412	102.852	19.684	15.145
Serviço Público	1.565	1.503	62.538	60.886	12.638	9.244
Total do Fornecimento	1.903.319	1.845.730	3.541.207	3.483.889	872.792	664.945
Suprimento de Energia	5	5	68.638	87.829	3.770	3.581

(*) Não auditado

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A CVM, pela Instrução nº 235, de 23 de março de 1995, estabeleceu mecanismos para a divulgação, em nota explicativa, do valor de mercado e das condições pactuadas dos instrumentos financeiros. A Companhia não realizou, até 31 de março de 2004, operações com características de instrumentos financeiros, na forma definida pela referida Instrução.

Entretanto, cabe destacar como um instrumento financeiro capaz de produzir efeitos sobre os resultados da Companhia, as operações de compra e venda de energia realizadas no âmbito do MAE, uma vez que os preços apresentam oscilações causadas por um mercado com grande volatilidade e sem regras firmes.

Todos os demais ativos e passivos enquadrados como instrumentos financeiros (empréstimos, aplicações financeiras, etc.) não representam desvios significativos entre o valor de mercado e o contábil.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições normais de mercado e apresentam saldos e movimentações com o Governo do Estado de Santa Catarina (nota 7), Casan (nota 10) e Celos (nota 16).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - TAXA EFETIVA

Seguindo orientação contida na NPC nº 25 do Ibracon e na Deliberação nº 273 da CVM, de 20 de agosto de 1998, a Companhia está divulgando a conciliação da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado, conforme segue:

Descrição	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2004	31.03.2003	31.03.2004	31.03.2003
Lucro/Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	81.728	39.294	81.728	39.294
Adições e Exclusões de Caráter Permanente				
Doações	75	1	75	1
Realização IPC/BTNF	-	-	2.302	4.265
Multas	2	9	2	9
Patrocínios	-	71	-	71
Efeito Líquido Plano Verão / Lucro Inflacionário	139	-	139	-
Outros	49	25	-	-
Base Tributável	81.993	39.400	84.246	43.640
Alíquota	25%	25%	9%	9%
Total do Exercício	20.498	9.850	7.581	3.928
Outros	(450)	(149)	(56)	-
Total no Resultado	20.048	9.701	7.525	3.928

O efeito de alteração da alíquota refere-se ao impacto da realização antecipada de base de contribuição social diferida ativa, originalmente constituída pela alíquota de 8%, porém cuja realização ocorreu em 2001 pela alíquota de 9%.

26. SEGUROS

Os seguros contratados estão de acordo com a política da Companhia com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Riscos	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade (em mil)	Prêmio
Transporte Aéreo e Terrestre			
Internacional	30/03/2003 a 30/09/2004	US\$2.000	Variável
Nacional	20/03/2003 a 20/09/2004	US\$2.000	Variável
Subestações e Usinas	30/01/2004 a 30/01/2005	R\$10.000	R\$ 975

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. SEGUROS -- continuação

Subestações e Usinas - Na apólice contratada, foram destacadas as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e para equipamentos de informática.

Transporte Aéreo e Terrestre - Visa garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

27. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO

A Medida Provisória nº 2.198, de 24 de agosto de 2001, criou o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, com o qual objetivou compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções do suprimento. Em média, a redução de energia foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000, nas Regiões Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e Norte do País. Esse Programa vigorou de junho de 2001 até 01 de março de 2002, data em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na Região Sul do País, as concessionárias distribuidoras foram afetadas pela racionalização do uso da energia elétrica, o que resultou em redução voluntária do consumo superior a 10%, principalmente nos meses de maio a agosto de 2001.

Em consequência dessa redução forçada da demanda pela intervenção do Estado, as companhias concessionárias de energia elétrica, tanto geradoras como distribuidoras, tiveram redução de suas margens de lucro, pois as estruturas físicas dessas companhias, bem como a de pessoal, não foram reduzidas na proporção da redução de consumo prevista naquele Programa. Assim, ficaram mantidos os custos fixos e encargos de financiamentos sem a correspondente receita.

Além do Programa de Redução de Consumo, as companhias têm vários pleitos com a ANEEL, visando à recomposição do denominado “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão”, pois ocorreram vários eventos que no seu entender resultaram no desequilíbrio econômico-financeiro desses contratos. Exemplo desses pleitos é o aumento da energia adquirida de Itaipu em razão da desvalorização acentuada do real, ocorrida desde 1999.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. ACORDO GERAL DO SETOR ELÉTRICO -- continuação

Na tentativa de solucionar a questão, em dezembro de 2001, o governo e as companhias de energia elétrica mantiveram negociações, e após seis meses de interlocução foi firmado o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica, versando sobre o “equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão” existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (Programa Emergencial).

Esse acordo abrange as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras e geradoras no período de vigência do citado Programa Emergencial e os custos adicionais da denominada Parcela A para o período de 01 de janeiro de 2001 a 25 de outubro de 2001. Com isso, a Companhia apurou os valores e está adotando as medidas cabíveis para recomposição tarifária em relação aos custos adicionais incorridos com a “Parcela A”, conforme demonstrado na nota 8.

Entre as principais resoluções aprovadas pela Medida Provisória nº 14, de 21 de dezembro de 2001, convertida na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, destacamos aquela diretamente relacionada com a Companhia:

- a) Recuperação dos custos adicionais incorridos com a Parcela A
 - a.1) As variações de custos denominados Parcela A, Relativas ao período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001, terão tratamento isonômico com o mecanismo contemplado na Medida Provisória nº 2.227, de 04 de setembro de 2001, e serão recuperadas pela da Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE, a partir de 01 de janeiro de 2004
 - a.2) Essa recuperação está condicionada á renúncia pela empresa distribuidora de todos os pleitos administrativos e judiciais relativos a esses custos do período, compreendidos entre a data de assinatura do Contrato de Concessão até 31 de dezembro de 2000.

A ANEEL homologou, pela Resolução nº 482, os valores referentes à recuperação de custos da Parcela A do período de 01 de janeiro a 25 de outubro de 2001. A Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, dos valores vigorará pelo período de 16 meses, a partir de janeiro de 2004, conforme determinado na Resolução ANEEL nº 484, de 29 de agosto de 2002.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANEEL, pela Resolução nº 393, de 06 de agosto de 2003, homologou os novos valores das tarifas de energia elétrica para os consumidores da área de concessão da Celesc. As tarifas tiveram reajuste médio de 25,25%.

Embora seja necessário preservar o equilíbrio econômico-financeiro das Companhias, no período entre os reajustes tarifários, foi editada a Portaria Interministerial nº 25, de 24 de janeiro de 2002, determinando que as variações ocorridas nesse período fossem registradas na conta de Compensação da Variação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA.

Pela Portaria Interministerial nº 116, de 04 de abril de 2003, a compensação do saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, prevista no art. 3º da Portaria Interministerial nº 25, foi adiada por doze meses para os reajustes tarifários anuais no período entre 08 de abril de 2003 e 07 de abril de 2004.

29. CONCESSÕES

Conforme o Contrato de Concessão nº 56/99, firmado com a ANEEL, em 22 de julho de 1999, a Companhia detém a concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica em 262 municípios no Estado de Santa Catarina e um município no Estado do Paraná (Rio Negro). Esse Contrato de Concessão tem vigência até 7 de julho de 2015.

Na mesma data de 22 de julho de 1999, foi firmado o Contrato de Concessão nº 55/99, por meio do qual a Companhia obteve a formalização da concessão para geração de energia elétrica das seguintes centrais geradoras hidrelétricas:

Hidrelétricas	Rio	Município	Capacidade Instalada (MW)	Data da Concessão	Data de Vencimento
Bracinho	Bracinho	Schroeder	16,5	03.11.1966	07.11.2016
Caveiras	Caveiras	Lages	4,3	08.07.1968	10.07.2018
Cedros	dos Cedros	Rio dos Cedros	7,4	03.11.1966	07.11.2016
Celso Ramos	Chapecozinho	Faxinal dos Guedes	5,3	22.11.1971	*23.11.2001
Garcia	Garcia	Angelina	8,6	12.03.1957	07.07.2015
Ivo Silveira	Santa Cruz	Campos Novos	2,5	30.10.1964	07.07.2015
Palmeiras	dos Cedros	Rio dos Cedros	24,4	03.11.1966	07.11.2016
Pery	Canoas	Curitibanos	4,4	06.07.1967	09.07.2017
Piraiá	Piraiá	Joinville	1,4	03.11.1966	07.11.2016
Salto	Itajaí - Açú	Blumenau	6,3	03.11.1966	07.11.2016

* Está em processo de renovação da concessão junto à ANEEL.

Por terem capacidade abaixo de 1MW, as Usinas Rio do Peixe e São Lourenço estão dispensadas de concessão, permissão ou autorização (art. 8º - Lei 9074, de 07 de julho de 1995).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	Período de 01.01.2004 a 31.03.2004	Período de 01.01.2003 a 31.03.2003 Reclassificado
Lucro do Período	54.155	25.665
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação	21.160	20.155
Custo das Baixas do Ativo Permanente	2.589	3.982
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	54.658	442
Provisão / Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	(2.134)	17.011
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(12.804)	3.722
Provisão / Reversão para Contingências	6.331	(70)
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	10.822	44.241
	134.777	115.148
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo		
Consumidores e Revendedores	(74.868)	(43.605)
Títulos a Receber	(11.925)	(17.042)
Impostos a Recuperar	(585)	(635)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(56.794)	(37.130)
Depósitos Judiciais	(2.633)	(1.271)
Outras Contas a Receber	(9.224)	15.612
Despesas Antecipadas	513	-
Outras	(3.800)	2.672
	(159.316)	(81.399)
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	37.947	(45.290)
Encargos do Consumidor	11.201	319
Encargo de Capacidade Emergencial	18.959	(12.413)
Tributos e Contribuições + Refis + Paes	10.349	18.563
Obrigações Fiscais	28.570	5.180
Obrigações Estimadas + Salários e Encargos Sociais	9.799	(6.870)
Benefício Pós-Emprego	(15.148)	(1.790)
Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A	(7.168)	(340)
Outras	7.105	(615)
	101.614	(43.256)
Total das Atividades Operacionais	77.075	(9.507)
Atividades de Investimentos		
Investimentos	-	(1.015)
Imobilizado	(51.550)	(20.087)
Obrigações Especiais	1.054	3.046
Total das Atividades de Investimento	(50.496)	(18.056)
Atividades de Financiamento		
Empréstimos e Financiamentos - Líquido	(2.220)	13.770
Total das Atividades de Financiamento	(2.220)	13.770
Total dos Efeitos de Caixa	24.359	(13.793)
Saldo Inicial	91.035	80.920
Saldo Final	115.394	67.127
Variação no Caixa	24.359	(13.793)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2004

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

04.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia no primeiro trimestre de 2004 foram de R\$51.550, sendo 156,63% superior a igual período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro abaixo:

	31.03.2004	Variação (%)	31.03.2003	Variação (%)	Variação (%)
Geração	255	0,49	54	0,27	372,22
Distribuição	46.837	90,86	18.301	91,11	155,93
Instalação Geral	4.458	8,65	1.732	8,62	157,39
TOTAL GERAL	51.550	100,00	20.087	100,00	156,63

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice Bovespa, que mede o desempenho das empresas no mercado acionário, permaneceu praticamente estável. Na trajetória inversa, o Índice das Empresas de Energia Elétrica teve uma variação negativa na ordem de 7,48%, provocada principalmente pela indefinição das regras do setor elétrico. Já as ações Celesc apresentaram trajetória ascendente com a valorização expressiva de 20,98%, ocasionado principalmente pela divulgação do resultado do exercício de 2003 e do baixo nível de endividamento, além do crescimento de receita e baixo índice de perdas de energia.

3. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2004 com um quadro funcional de 3.575 empregados, o que representa redução de 10,83% em relação a igual período do ano anterior (4.009 empregados).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

4. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

O quadro abaixo apresenta as informações sobre o mercado de energia elétrica por classe de consumo:

Descrição	2003		2004		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2003	2003	2004	2004	04-03	04-03
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	195.302	195.302	241.960	241.960	37,4%	37,4%	35,2%	35,2%	23,9%	23,9%
Industrial	162.685	162.685	226.350	226.350	31,2%	31,2%	32,9%	32,9%	39,1%	39,1%
Comercial	94.083	94.083	124.898	124.898	18,0%	18,0%	18,2%	18,2%	32,8%	32,8%
Rural	35.641	35.641	49.157	49.157	6,8%	6,8%	7,1%	7,1%	37,9%	37,9%
Poder Público	12.667	12.667	17.385	17.385	2,4%	2,4%	2,5%	2,5%	37,2%	37,2%
Iluminação Pública	11.360	11.360	14.830	14.830	2,2%	2,2%	2,2%	2,2%	30,5%	30,5%
Serviço Público	6.902	6.902	9.459	9.459	1,3%	1,3%	1,4%	1,4%	37,0%	37,0%
Sub Total	518.640	518.640	684.039	684.039	99,3%	99,3%	99,5%	99,5%	31,9%	31,9%
Suprimento	3.581	3.581	3.770	3.770	0,7%	0,7%	0,5%	0,5%	5,3%	5,3%
TOTAL	522.221	522.221	687.809	687.809	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	31,7%	31,7%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	857.241	857.241	829.871	829.871	24,0%	24,0%	23,0%	23,0%	-3,2%	-3,2%
Industrial	1.517.515	1.517.515	1.566.831	1.566.831	42,5%	42,5%	43,4%	43,4%	3,2%	3,2%
Comercial	526.964	526.964	528.500	528.500	14,8%	14,8%	14,6%	14,6%	0,3%	0,3%
Rural	345.824	345.824	374.688	374.688	9,7%	9,7%	10,4%	10,4%	8,3%	8,3%
Poder Público	72.607	72.607	72.367	72.367	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%	-0,3%	-0,3%
Iluminação Pública	102.852	102.852	106.412	106.412	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	3,5%	3,5%
Serviço Público	60.886	60.886	62.538	62.538	1,7%	1,7%	1,7%	1,7%	2,7%	2,7%
Sub Total	3.483.889	3.483.889	3.541.207	3.541.207	97,5%	97,5%	98,1%	98,1%	1,6%	1,6%
Suprimento	87.829	87.829	68.638	68.638	2,5%	2,5%	1,9%	1,9%	-21,9%	-21,9%
TOTAL	3.571.718	3.571.718	3.609.845	3.609.845	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	1,1%	1,1%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	227,83	227,83	291,56	291,56	-	-	-	-	28,0%	28,0%
Industrial	107,20	107,20	144,46	144,46	-	-	-	-	34,8%	34,8%
Comercial	178,54	178,54	236,33	236,33	-	-	-	-	32,4%	32,4%
Rural	103,06	103,06	131,19	131,19	-	-	-	-	27,3%	27,3%
Poder Público	174,46	174,46	240,23	240,23	-	-	-	-	37,7%	37,7%
Iluminação Pública	110,45	110,45	139,36	139,36	-	-	-	-	26,2%	26,2%
Serviço Público	113,36	113,36	151,25	151,25	-	-	-	-	33,4%	33,4%
Sub Total	148,87	148,87	193,17	193,17	-	-	-	-	29,8%	29,8%
Suprimento	40,77	40,77	54,93	54,93	-	-	-	-	34,7%	34,7%

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5. BALANÇO ENERGÉTICO

O montante de energia requerida pelo sistema Celesc no 1º trimestre de 2004 foi de 3.907GWh, dos quais 117GWh (3,05%) foram produzidos pelas usinas próprias, e o restante, por terceiros.

A Tractebel continua sendo a maior supridora de energia, representando cerca de 50% do volume total de energia adquirida. O montante adquirido compulsoriamente de Itaipu representa 20% da energia comprada. A Copel e outros agentes do mercado complementam as necessidades do sistema Celesc.

As perdas durante o 1º trimestre de 2004, incluindo-se perdas técnicas e comerciais, atingiram 293GWh, equivalente a 7,5% do total de energia requerida, apresentando um acréscimo de 25,8% em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de 235GWh. Nos últimos doze meses, tais perdas acumulam 7,3%.

6. INGRESSO DE RECURSOS

No primeiro trimestre de 2004 não houve ingresso de recursos. O mesmo não aconteceu no mesmo período do ano anterior, onde o ingresso foi da ordem de R\$14,1 milhões.

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2004 com lucro líquido de R\$54.155, representando variação positiva de 111,01% quando comparado ao lucro registrado em igual período do ano anterior (R\$25.665), resultando em rentabilidade positiva de 6,96% sobre o Patrimônio Líquido declarado em 31 de março de 2004.

No primeiro trimestre de 2004 as receitas líquidas de vendas e/ou serviços atingiram o montante de R\$636.870, representando aumento de 29,2% se comparado com igual período do ano anterior (R\$492.982). Esse acréscimo resultou basicamente do crescimento de receita de vendas por classe de consumo, líquidas de ICMS, (31,9%), bem como aumento do consumo (1,6%) e dos reajustes tarifários ocorridos em agosto de 2003 (Resolução ANEEL nº 393/2003) e Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE, em janeiro de 2004.

O resultado do serviço foi de R\$59.351, sendo 33,22% inferior ao registrado em igual período do ano anterior (R\$88.872), devido principalmente, ao aumento das Despesas Operacionais (42,91%), com destaque para o aumento de Provisões Operacionais (PDD e outras) (818,93%), na Conta Consumo de Combustíveis - CCC (500,89%) e na Pesquisa e Desenvolvimento Eficiência Energética (324,54%).

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

7. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO -- continuação

Quanto ao resultado financeiro R\$18.307, este apresentou acréscimo de 136,38%, se comparado a igual período do ano anterior (R\$50.322, negativo), decorrente da atualização pela Selic dos valores que compõe a Conta de Compensação da Variação de Valores de Itens da Parcela "A" - CVA, influenciando diretamente nas receitas financeiras. Também outro fator que influenciou o resultado financeiro foi a redução de 48,04% das despesas financeiras R\$37.783 (R\$72.716, em 31 de março de 2003) tendo como destaque a redução de 57,73% na rubrica Reserva Matemática a Amortizar R\$15.937 (R\$37.700, em 31 de março de 2003), influenciada diretamente pela redução do indexador monetário IGP-M 2,72% (6,26%, em 31 de março de 2003).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2004

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
00246-1	CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A	83.878.892/0001-55

10.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1- ITEM	01
2 - Nº ORDEM	000001
3 - Nº REGISTRO NA CVM	SEP/GEP/DCA-94/007
4 - DATA DO REGISTRO CVM	19/12/1994
5 - SÉRIE EMITIDA	A
6 - TIPO DE EMISSÃO	CONVERSÍVEL
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/1994
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2004
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	FLUTUANTE
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	95% do DI extra-over cetip
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	0
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1.092,21
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	30.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	30.000
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	0
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	28.280
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	1.720
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	01/01/2002
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	01/11/2004

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES**INDICADORES FINANCEIROS****- PATRIMONIAIS**

Itens	Unidade	mar/04	dez/03	mar/03
Valor Patrimonial da ação (Por ação)		1,08	0,99	0,85
Valor de Mercado da ação (Por ação)	ON	0,97	0,80	0,70
	PN	0,98	0,81	0,44

- LIQUIDEZ (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	mar/04	dez/03	mar/03
Liquidez Corrente	índice	1,27	1,30	1,15
Liquidez Geral	índice	0,84	0,81	0,74

- ENDIVIDAMENTO (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	mar/04	dez/03	mar/03
Ativo Total	%	66,32	66,22	67,53
Patrimônio Líquido	%	251,97	254,39	274,48
Ativo Permanente	%	148,77	143,25	135,72

- RENTABILIDADE (excluindo-se as obrigações especiais)

Itens	Unidade	mar/04	dez/03	mar/03
Patrimônio Líquido	%	6,96	27,59	4,03
Imobilizado	%	4,10	13,02	2,05
Margem Operacional Líquida	%	8,50	7,86	5,21
Ativo	%	1,71	5,63	0,95

- EBITDA ou LAJIDA

	Unidade	mar/04	dez/03	mar/03
	%	22,30	20,37	22,75

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

- EFICIÊNCIA

Itens	Unidade	mar/04	Mar/03
MWh / Empregado	MWh	990,55	869,02
Consumidores / Empregado	Nº	532	460

- QUALIDADE DE ATENDIMENTO

Itens	Unidade	mar/04	mar/03
Tempo Médio de Atendimento a Interrupções	horas	1:48	1:50
Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor	horas	5:24	5:20
Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor	Nº	3,43	4,95

TARIFA MÉDIA
 R\$/MWh

Descrição	Líquido de ICMS	
	mar/04	mar/03
Industrial	144,46	107,20
Residencial	291,56	227,83
Comercial	236,33	178,54
Rural	131,19	103,06
Outros	172,69	130,86
Tarifa média	193,17	148,87

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DO CAPITAL VOTANTE EM 31.03.2004

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações PNA		Ações PNB		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
	Estado de Santa Catarina	155.820.205	50,18	3.838	0,01	0	-	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	29,32	0	-	12.508.762	2,88	103.546.715	13,42
Caixa de Previdência do Banco do Brasil - Previ	39.090.810	12,59	0	-	21.275.201	4,90	60.366.011	7,83
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	16.290.847	5,25	0	-	7.000.000	1,61	23.290.847	3,02
Outros Acionistas	8.302.919	2,66	26.592.667	99,99	393.508.613	90,61	428.404.199	55,53
Total	310.542.734	100,00	26.596.505	100,00	434.292.576	100,00	771.431.815	100,00

Acionistas da Santa Catarina Participação e Investimentos S/A - INVESC . Em 31.03.2004
 (Possui Capital dividido somente em ações ordinárias)

Nome	Quantidade de Ações	%
Estado de Santa Catarina	199.000	99,50
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.000	0,50
Total	200.000	100,00

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 31.03.2004

	Ações Ordinárias ON	Ações Preferenciais		Total
		PNA	PNB	
		CONTROLADOR	265.108.538	
Governo do Estado de Santa Catarina	155.820.205	3.838	0	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	0	12.508.762	103.546.715
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	16.290.847	0	7.000.000	23.290.847
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.959.533	0	0	1.959.533
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	8	2	10
DIRETORIA EXECUTIVA	0	1	0	1
CONSELHO FISCAL	0	0	0	0

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal em 31.03.2003

	Ações Ordinárias ON	Ações Preferenciais		Total
		PNA	PNB	
CONTROLADOR	264.805.538	3.838	35.235.062	300.044.438
Governo do Estado de Santa Catarina	155.820.205	3.838	0	155.824.043
Santa Catarina Participações e Investimentos S/A - Invesc	91.037.953	0	12.508.762	103.546.715
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	15.987.847	0	22.726.300	38.714.147
Companhia de Desenv. do Estado de SC - CODESC	1.959.533	0	0	1.959.533
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	0	10	1	11
DIRETORIA EXECUTIVA	0	1	0	1
CONSELHO FISCAL	0	0	0	0

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO EM 31.03.2004

	Quantidade de Ações (unidade)				Percentual
	Ordinárias	Preferenciais Classe "A"	Preferenciais Classe "B"	Total	
Capital Social (ações)	310.542.734	26.596.505	434.292.576	771.431.815	100,00%
Ações em Circulação	45.434.196	26.592.667	414.783.814	486.810.677	63,10%

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2004

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

16.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Aos Administradores e Acionistas da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc

1. Efetuamos uma revisão especial das Informações Trimestrais - (ITR) da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2004, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado, o relatório de desempenho e as informações relevantes, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
2. Nossa revisão especial foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente de: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das informações trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Baseados em nossa revisão especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais - (ITR) acima referidas, para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e condizentes com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - (ITR).
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 7.i), a Companhia mantém crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$33.936 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986, cuja realização depende da capacidade da Companhia em obter lucros que permitam a compensação com dividendos atribuíveis ao Estado ou renegociar novas condições para o recebimento.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia têm registrado, no passivo circulante, valores a pagar no montante de R\$66.135 mil, relativos a transações de venda e compra de energia realizada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE, com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE. Esses valores podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão de processos judiciais em andamento movidos por empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado que definiram os valores envolvidos.

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, a Companhia mantém investimento temporário na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - Casan, registrado no ativo realizável a longo prazo, no montante de R\$110.728 mil, sobre o qual vem sendo calculada e constituída provisão para desvalorização que, em 31 de março de 2004, atinge R\$27.068 mil. Em face das dificuldades de determinar qual o valor de mercado do referido investimento temporário, a administração vem adotando como premissa para o cálculo da provisão para desvalorização, a aplicação do percentual de participação no capital daquela empresa sobre os resultados por ela apurados. Devido a indisponibilidade de informações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2004, a provisão para desvalorização apresentada, foi constituída com base nos resultados apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2003.
7. As informações suplementares contidas na demonstração do fluxo de caixa, divulgadas na nota explicativa nº 30, são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das Informações Trimestrais – (ITR). Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossa revisão, não temos conhecimento de quaisquer modificações relevantes que devam ser feitas para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às Informações Trimestrais – (ITR) tomadas em conjunto.
8. O balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2003 e a demonstração do resultado do trimestre findo em 31 de março de 2003, apresentados para fins de comparação, foram objeto de exame e revisão conduzidos sob a nossa responsabilidade. Nosso parecer sobre o exame das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2003, datado de 12 de março de 2004 e 25 de março de 2004, foi emitido contendo: (a) ressalva quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria que nos permitissem formar juízo quanto à razoabilidade dos saldos apresentados sob a rubrica “Títulos a Receber”; (b) parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos descritos no quarto, quinto e sexto parágrafos; (c) parágrafo de ênfase quanto a conclusão do processo de conciliação dos saldos contábeis com os controles auxiliares citado em (a), para a data base 29 de fevereiro de 2004. Tendo em vista a conclusão do processo de conciliação, a ressalva referida em (a) e a ênfase referida em (c) não são mais requeridas. Nosso relatório sobre a revisão especial do trimestre findo em 31 de março de 2003, datado de 14 de maio de 2003, foi emitido contendo: (a) ressalva quanto à limitação da aplicação de procedimentos de auditoria que nos permitissem formar juízo quanto à razoabilidade dos saldos apresentados sob a rubrica “Títulos a Receber”. Tendo em vista a conclusão do processo de conciliação dos saldos contábeis com os controles auxiliares, referida ressalva não é mais requerida; (b) parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos descritos no quarto, quinto e sexto parágrafos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL (USO EMPRESA P/ SIMPLES CONFERÊNCIA)

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - Informações Trimestrais

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

Data-Base - 31/03/2004

00246-1 CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA S.A 83.878.892/0001-55

17.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

Florianópolis (SC), 20 de maio de 2004.

Boucinhas & Campos + Soteconti
Auditores Independentes S/C
CRC 2SP 005.528/O-2 S-SC

Mário José Antunes
Contador
CRC 1RJ 050.365/T-O S-SC